



Anais da Assembléia

Nº 23

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 1991

ANO XVII

a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA

ATA DA 17.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Rafael Greca de Macedo e Renato Adur (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n.º ATG 017/91, do Senhor Governador do Estado, que em aditamento ao Ofício ATG 010/91, solicitando que sejam mantidos na Assembléia Legislativa, para os devidos procedimentos, os seguintes Proje-

tos de Lei:

010/91 - Dá nova redação ao art. 4º da Lei n.º 4.529, e ao art. 7º da Lei n.º 5.515 (Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE): À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

019/91 - Ficam criados no Quadro de Pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, empregos que especifica. À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a indicação dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Domingos Faustino de Carvalho para comporem a Comissão Especial criada pelo artigo 10 da lei n.º 9.465, de 12 de dezembro de 1990, para o planejamento, organização e execução das atividades a cargo dos três Poderes, por ocasião do Ano Estadual dos Transplantes, a ser instalado, oficialmente, no dia 03 de abril próximo vindouro.

Tais escolhas justificam-se por serem os parlamentares supramencionados, respectivamente, autor do projeto que originou a lei e Presidente da Comissão de Saúde Pública da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 20.03.91

(a) ANIBAL KHURY.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 069/91, que dispõe sobre aplicação de recursos do SERLOPAR e destinados à assistência social.

Sala das Sessões, em 20.03.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

JUSTIFICATIVA:

Por tratar-se de matéria de elevada importância social, carece de atenção e tramitação urgente desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N.º 471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e,

com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.03.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO N° 481

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que as sessões plenárias da semana compreendida entre os dias 25 e 28 do corrente mês sejam transformadas em trabalhos das Comissões Técnicas, a fim de se acelerarem as emissões de pareceres sobre as matérias em tramitação.

Sala das Sessões, em 20.03.91

(aa) ERONDY SILVÉRIO;

ORLANDO PESSUTI;

HERMAS BRANDÃO;

COSTENARO NETO;

ROSSONI;

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI;

COLOMBINO GRASSANO;

PAULO MAIA

E GERALDO CARTÁRIO.

REQUERIMENTO N° 470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a realização de Sessão Solene para entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Ozeil Moura dos Santos, para o dia 12 de abril do corrente ano, às 16 horas.

Sala das Sessões, em 20.03.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Tácito Cordeiro da Costa, ocorrido nesta Capital.

Da decisão da Casa, pede-se seja dada ciência à família enlutada à Rua Bernardo Rosemann, n° 851, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.03.91

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO N° 484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja con-

signado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Averaldo Novakoski, ocorrido dia 16 de março corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.03.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 41 anos faleceu o Senhor João Averaldo Novakoski, deixando viúva a Sra. Julieta Novakoski e 4 filhos.

O passamento do Sr. João veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo João.

O extinto era membro de tradicional família do município de São Mateus onde jamais será esquecido.

O tempo e a distância nunca apagarão de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família NOVAKOSKI endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 477

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo Votos de Congratulações à Câmara municipal de Antonina, pela eleição e posse da nova Mesa Executiva.

Sala das Sessões, em 20.03.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

No último dia 15 de fevereiro, em sessão Ordinária, a Câmara Municipal de Antonina elegeu sua nova Mesa Executiva, para o biênio 1991/1992, que ficou assim constituída:

Pres: Aguinaldo Silva do Rosário

Vice: Celso Martins Vieira

1º Sec: Wilson Clio de Almeida Filho

2º Sec: Aldo Nascimento

Pelos nomes escolhidos podemos, desde já, nos assegurar de uma gestão profícua, marcada pela seriedade e dinamismo.

Recebam os eleitos os cumprimentos do Poder Legislativo Estadual, extensivos à toda população antoniense, pela forma in-

Curitiba, quarta, em 20.03.91

tegra e transparente com que tem sido administrada aquela Câmara Municipal.

REQUERIMENTO N° 479

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUEREM moção de repúdio à ação arbitrária e antidemocrática da direção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ao solicitar a intervenção da Polícia Federal no sentido de apreender materiais do Sindicato dos Trabalhadores no Correio do Paraná esclarecedores da situação hoje vivida pelos Correios, assim como pela demissão do servidor Alfredo do Nascimento, Presidente do Sindicato da categoria no município de Londrina, e a suspensão do contrato de trabalho de 5 (cinco) outros servidores.

Sala das Sessões, em 20.03.91

(aa) ERNANI PUDELL;

Dr. ROSINHA;

OVÍDIO CONSTANTINO.

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Brasileira de Correios e telégrafos é uma das mais bem conceituadas empresas públicas do País e uma das mais antigas empresas de serviços postais do mundo. Esta estatal há muito tempo presta relevantes serviços à população. Sempre primou pela eficiência e competência. Ficou claro que o prestígio foi constituído com muito esforço e dedicação de seus funcionários ao longo dos anos.

Por que então agora o Correio é vítima de constantes ataques que prejudicam sua imagem perante a população? Por que será que uma empresa construída com o dinheiro do povo, tem atualmente uma direção falha e omissa em todos os níveis?

O Sindicato dos Trabalhadores no Correio do Paraná, buscando levar ao conhecimento da sociedade paranaense estes fatos e suas conseqüências, tomou várias iniciativas no sentido de atingir o seu intento, sendo imediata a reação da direção da empresa que, numa atitude antidemocrática, ferindo inclusive o mandamento constitucional que garante liberdade de expressão e de manifestação do pensamento, impetrou ação de busca e apreensão dos materiais utilizados pelo sindicato, o que se materializou quando, no dia 15 de março, agentes da Polícia Federal arrancaram e levaram faixas, cartazes e painéis instalados na "Boca Maldita", por ocasião do ato público contra a fome e a recessão, dirigindo-se em seguida à sede do sindicato na busca de outros materiais informativos que lá existisse.

Coroando o caráter arbitrário da ação da direção da empresa, 5 (cinco) servidores tiveram seus contratos de trabalho

suspensos e o Presidente do Sindicato da categoria no Município de Londrina, Alfredo do Nascimento, foi sumariamente demitido, em mais uma afronta à Carta Magna da República que, em seu artigo 8°, VIII, veda a dispensa do empregado ocupante de cargo de direção sindical.

Apesar da ação deletéria aos interesses do Correio e, por conseqüência, da própria sociedade brasileira, as ações tomadas buscando a preservação desses interesses são reprimidos violentamente, mostrando uma vez mais que o "Brasil Novo" anda na contramão da vontade popular.

Requerem, também, que da decisão do plenário seja dado conhecimento ao Senhor José Roberto de Santana Moraes, Diretor Regional do ECT/PR, ao senhor José Carlos Rocha Lima, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ao senhor Oziris Silva, Ministro da Infra-Estrutura, e ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Correio no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 480

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, o envio de expediente ao Presidente da Rede Ferroviária Federal do Rio de Janeiro e ao Superintendente Geral desta Empresa no Paraná e Santa Catarina, solicitando ações imediatas no sentido de reintegração do funcionário Engenheiro Claudio Eugênio Canabrava Barbalho, matrícula n° 50.054.905/3, demitido injustamente após mover "Ação Popular Contra o Superintendente Geral de Curitiba, Sr. José Haroldo Carneiro Lobo e Superintendente Adjunto de Pessoal, Sr. Tércisio Heurich" motivada pela contratação de 19 (dezenove) novos funcionários, todos de nível superior, sem observar as mínimas exigências prescritas para a contratação de contingente humano.

De acordo com o art. 5°, inc. LXIII da Constituição Federal "qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular Ato Lesivo (o grifo é nosso) do patrimônio público ou de entidade que o Estado participe, à moralidade administrativa,...", e nós Deputados comprometidos com os princípios de democracia e transparência no trato com a coisa pública, invocamos a defesa intransigente dessa conquista democrática. Não poderia ser então, outra a nossa atitude, que repugnar as perseguições que culminaram com a demissão de um funcionário que se preocupa em resguardar a fiscalizar o patrimônio social de sua empresa. Neste sentido solicitamos informações sobre tais contratações ilegais e reiteramos enfaticamente a necessidade de reintegração do funcionário

atingido por este ato arbitrário.

Sala das Sessões, em 20.03.91

(aa) ERNANI PUDELL;

Dr.ROSINHA;

OVÍDIO CONSTANTINO.

REQUERIMENTO N° 468

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder Legislativo, REQUER à Mesa, após ouvido o augusto Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores: Presidente da República Federativa do Brasil; Ministro de Estado da Infra-Estrutura; Ministro de Estado da Justiça; e, a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Economia, apelando ao alto senso de discernimento e compreensão de Vossas Excelências, no sentido de reverem a medida emergencial que autorizou o fechamento dos postos fornecedores de combustíveis aos domingos e feriados.

REQUER, ainda, que do presente seja dada ciência ao Conselho Nacional do Petróleo; à Empresa de Portos do Brasil - PORTOBRÁS; ao Superintendente da PORTOBRÁS no Paraná; à Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS; ao Superintendente da PETROBRÁS/Paraná; bem como aos titulares do Executivo e Legislativo do Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 20.03.91

(a) LOURENÇO FREGONESE.

JUSTIFICATIVA:

Conseqüente de um (01) conjunto de medidas acauteladoras que objetivam a continuidade de fortalecimento de combustíveis à frota rodoviária brasileira, tendo em vista o conflito no Golfo Pérsico, os postos fornecedores desses combustíveis passaram a funcionar em horário especial e em dias que excluem domingos e feriados.

Na condição de representante de uma cidade portuária, mesmo aceitando as razões que no geral conduziram àquela medida e levando em conta os motivos a seguir enunciados, levantados pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, e dos exportadores do Paraná, vimos respeitosamente requerer de Vossa Excelência, a revisão do horário de funcionamento dos postos de comercialização de combustíveis de Paranaguá, pelo menos a favor da comercialização de ÓLEO DIESEL.

No ano de 1983, como é do conhecimento geral da Nação, ocorreu a mesma situação e o Governo, então, autorizou o funcionamento dos postos da seguinte forma:

- . dias normais - das seis (06) às vinte e quatro (24) horas;
- . domingos e feriados - das oito (08) às dezoito (18) horas.

O Porto de Paranaguá é o primeiro do País em exportação de produtos agrícolas.

Para atender a demanda funciona vinte e quatro (24) horas por dia graças a uma excelente estrutura feita por terminais do governo e da iniciativa privada.

O grande volume de grãos, farelos e até mesmo carga geral, são transportados por rodovias em face das limitações que o traçado ferroviário Curitiba-Paranaguá, impõe ao transporte dessas mesmas mercadorias.

Neste mês de março, começarão a chegar ao terminal de Paranaguá as safras de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, parte de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Triângulo Mineiro, além de Paraguai e Bolívia, trazendo à cidade um formidável acúmulo de caminhões.

Ocorre, que a permanência desses caminhões na cidade, independente dos transtornos normais que advirão, em termos econômicos, certamente provocará o aumento do custo do frete na origem e, mais as estadias a serem pagas aos caminhoneiros, conforme norma estabelecida pelo Sindicato dos Transportadores Autônomos do Brasil.

Diante do exposto, da preocupação da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, dos exportadores paranaenses e do Sindicato dos Transportadores Autônomos, reiteramos o apelo, no sentido de reverem tal medida e determinarem, através de ATO COMPETENTE, a abertura dos postos aos domingos e feriados, para fornecimento de combustível DIESEL na cidade de Paranaguá, se Vossa Excelência comungarem com o nosso pensamento, tendo em vista apenas e tão somente a normalidade e tranquilidade de tão importante e laboriosa cidade brasileira.

ASSIM ESPERO!

REQUERIMENTO N° 483

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando asfaltamento da Estrada entre Itaiacoca - município de Ponta Grossa à Abapã - município de Castro, numa extensão de 12,00Km.

Requerem, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência aos Senhores Prefeitos e Câmaras Municipais dos Municípios de Ponta Grossa e Castro.

Sala das Sessões, em 20.03.91.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

DALTON MACHUCA

TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Esta estrada, objeto do presente requerimento, é um importante acesso às minas de calcários existentes na região, bem como, prestará atendimento aos pequenos

produtores rurais, facilitando sobremaneira o escoamento da produção.

Outrossim, cumpre salientar que a pavimentação asfáltica de Ponta Grossa a Itaipococa já uma realidade, desse modo, a presente irá ao encontro da PR 090 - Rodovia do Cerne.

REQUERIMENTO N° 469

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Antonio Cabrera, digníssimo Ministro da Agricultura, solicitando do mesmo incremento imediato das providências necessárias objetivando oferecer aos produtores rurais condições seguras para o desenvolvimento de suas atividades, principalmente no que se refere ao cultivo do trigo, antecipando os critérios de custeio e comercialização, e solicitando que tais decisões se dêem em sintonia com os interesses e necessidades especialmente dos pequenos e médios produtores.

Requer, também, que da decisão se dê conhecimento ao Vereador Neuton Luiz Cerrioli, do município de Cascavel, neste Estado, bem como às Câmaras Municipais, aos Sindicatos Rurais e aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.03.91.

(a) ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 473

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Governador do Estado, Senhor Roberto Requião, e ao Secretário de Estado da Educação Sr. Elias Abrahão, solicitando a construção de uma Escola para a instalação de cursos de 2° grau no distrito de Guaravera, município de Londrina.

Requer, outrossim, que seja dada ciência deste requerimento ao Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do município de Londrina.

Sala das Sessões, em 20.03.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Com quase 6.000 habitantes, o distrito de Guaravera no município de Londrina, há muito reivindica uma escola para a instalação de cursos de 2° grau, de forma a atender centenas de estudantes que concluem o 1° grau.

Para prosseguir os estudos, estes jovens são obrigados a recorrer a escolas que oferecem 2° grau, localizadas na sede do município, distante 43 quilômetros; ou

ainda no distrito de Tamarana, distante 23 quilômetros.

REQUERIMENTO N° 476

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a ampliação da Escola Estadual Capão da Imbuía, nesta Capital, e a conseqüente implantação de ensino regular e supletivo, de 5.ª a 8.ª séries.

Sala das Sessões, em 20.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A região em que se encontra localizada a Escola Capão da Imbuía experimentou principalmente na última década - um surpreendente inchaço populacional, resultantes não apenas do crescimento da população original, mas também por novos moradores trazidos por processos migratórios.

Isto pode ser notado nas deficiências que sofre a comunidade, dentre as quais se encontra a demanda escolar muito superior ao número de vagas oferecido pela escola.

Também é necessário tornar realidade a implantação do ensino de 5.ª a 8.ª séries, tendo em vista, o grande número de jovens residentes no local, em idade e condições de acesso a essas turmas.

Temos certeza que o Senhor Secretário de Educação estará sensível a esta questão e envidará as providências necessárias para a realização de estudos balizadores e conseqüente atendimento ao pleito.

Que do presente se dê ciência à Associação Comunitária Vila São José - Riviera - Augusta, nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 472

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário o envio de correspondência dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com o intuito da implantação de um subterminal de calcário na municipalidade de Mallet.

Consubstanciado na reivindicação dos Poderes Executivo e Legislativo, encaminhada através do Senhor Prefeito Lauro Baran e pela Senhora Maria Amélia S. Tartarotti, a implantação da mencionada unidade contemplará, sem nenhuma dúvida, além de Mallet, PAULA FREITAS e REBOUÇAS, municípios que têm a sua base de desenvolvimento a agricultura, cujas as suas atividades serão diretamente beneficiadas, especialmente as propriedades de pequeno e médio porte, que ficam fortalecidas com tal es-

estrutura de atendimento.

Diante do exposto, contamos com o indispensável empenho dessa Pasta, a fim de que, no menor prazo de tempo possível, haja a efetiva implantação do subterminal de calcário.

Sala das Sessões, em 20.03.91.

(a) TOTI COLAÇO

Transcrição:

REQUERIMENTO N° 478

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais do Poder Legislativo do artigo "A Ética do Lucro", de autoria do Senador José Eduardo de Andrade Vieira, publicado no Jornal Folha de São Paulo, de 08 de março de 1991.

Sala das Sessões, em 20.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Numa forma muito clara e linguagem simples, como aliás lhe é peculiar, o Senador José Eduardo aborda o problema econômico nacional, auferindo raciocínio muito responsável, ao declarar que a solução desses problemas passa muito menos por pacotes e planos "mágicos" e muito mais pelo entendimento nacional.

Esse entendimento, na visão do nosso senador, deve compreender o Congresso e o Governo, a fim de que, juntos, possam elaborar propostas que irão balizar os rumos do país.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 85//91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede em Alto Pinheiro.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão da entidade, tendo em vista seus objetivos educacionais, mormente nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, alimentação, cujos objetivos têm-se materializado ao longo de sua trajetória.

Deve-se destacar, outrossim, sua importância no entrosamento dos alunos com suas famílias e com a comunidade em geral, de forma a integrar o excepcional na sociedade para uma convivência normal.

Além disso, é de importância vital o trabalho de prevenção à excepcionalidade.

Para tanto necessita ampliar suas condições de sobrevivência através de obtenção de recursos em vários setores, para os quais necessita de reconhecimento como entidade de Utilidade Pública.

Estando por fim, acostada a documentação que atende rigorosamente aos preceitos estatuídos pela Lei n° 1994, de 1978, está o referido projeto em condição de merecer a aprovação pelo colendo Plenário.

PROJETO DE LEI N° 86-91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao município de Tapira, Estado do Paraná os lotes de terras n°s 16 da quadra 26 e 05 da quadra 16, da planta oficial da cidade, de propriedade do Estado do Paraná, conforme sentença judicial, com trânsito em julgado proferida pelo Juízo da Comarca de Tapira, nos autos de Arrecadação de Bens n° 550/80.

Art. 2° - Os imóveis de que trata o art. 1°, serão destinados, respectivamente à instalação de Centro de Cultura e Hospital Municipal não podendo, a qualquer tempo serem transferidos a terceiros, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora se submete à douta consideração dessa augusta Casa de Leis, e que tem por objetivo a doação de imóveis de propriedade do Estado, ao município de Tapira, fundamenta-se, essencialmente, nas aspirações de já muito manifestas por lideranças políticas locais, juntamente com a administração municipal, com vistas a oferecer à comunidade serviços de melhor qualidade, hoje em face do crescimento sócio-econômico do município, está sendo prejudicado, pela inexistência de área para instalação de setores prestadores de serviços essenciais.

Considerando que tais aspectos determinam a urgente necessidade de ampliar as instalações da Prefeitura, a fim, como já se afirmou, de melhorar as condições de serviços essenciais à população, houve por bem a atual administração em postular a doação dos citados imóveis, cujas dimensões se adequam às finalidades a que se objetiva.

PROJETO DE LEI N° 87-91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida a Senhora MA-

RIA APARECIDA CHISTO LIBÂNIO, viúva do ex-prefeito de Santa Cruz do Monte Castelo, Senhor PAULO LIBÂNIO, uma pensão mensal no valor de 03 (três) salários-mínimos mensais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.91.

(a) NILTON BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º orador inscrito Senhor Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ontem estivemos ausentes da sessão em função de estar em atividade política junto aos trabalhadores rurais e sem terra da região central do nosso Estado. Estivemos mais precisamente na cidade de Guarapuava acompanhando esses trabalhadores que apresentavam reivindicações nos vários setores que representam o Governo do Estado. Estivemos no núcleo regional da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento onde foi entregue um documento que coloca entre alguns pontos a necessidade de um crédito emergencial de todos os trabalhadores rurais, pequeno produtor em função da seca que levou a diminuição da colheita. Solicitam, também, através do BANESEDO que faça a prorrogação das dívidas uma vez que não têm produção como saldá-las. E nesse documento entregue ao representante da Secretaria Estadual de Agricultura solicitam a participação de todos os sindicatos e trabalhadores rurais na definição de programas daquela Secretaria, uma vez que hoje os programas são decididos dentro de quatro paredes em Curitiba sem ouvir os reais interessados que são os trabalhadores rurais. São decididos por grupos de técnicos, às vezes, bastante afastados da realidade do trabalhador rural. Entre essas reivindicações apresentam algumas emergências para lutar contra a fome, uma vez que grande parte desses trabalhadores por não terem colhido nada vivem em verdadeiro momento de fome e necessidade. Por isso reivindicam a manutenção de cesta básica cortada pelo Governador Álvaro Dias, não só a manutenção, mas sim a ampliação dessa cesta básica.

A respeito da saúde eles reivindicam o atendimento gratuito e a não cobrança dos hospitais como vem se dando naquela região. O trabalhador que fica doente e necessitar de atendimento médico, ambulatório ou internamento, se não pagar adiantado não tem esse atendimento, em total desrespeito à Constituição Brasileira quando

coloca que saúde é direito de todo cidadão e dever do Estado. Ainda, nesse momento, reivindicam a participação nas conferências e nos conselhos municipais de saúde, que é a única maneira que pode realmente levar o trabalhador a decidir as reais necessidades da saúde e a descentralização do sistema.

Fomos, também, ao Instituto Nacional de Serviço Social aonde foi entregue alguns documentos para serem remetidos ao Ministério da Previdência Social do Trabalho em Brasília.

Toda promessa feita por Collor de Melo quando da sua campanha não vem sendo cumprida em momento nenhum. Collor de Melo prometia cumprir a Constituição dando a aposentadoria aos sessenta anos aos homens e 55 às mulheres trabalhadores rurais, ao salário-mínimo como aposentadoria que já é uma miséria, levando-os à fome, e nem isso ele está fazendo, e pior, apresenta um projeto aonde se aposenta somente por idade, quando nós sabemos que o trabalhador rural está trabalhando desde os 10, 12 anos de idade na roça. E são modestos esses trabalhadores nesse documento ao reivindicarem auxílio doença, salário maternidade de somente um salário-mínimo por mês. Isso é pedir para continuar submetido ao regime de fome, ao regime de miséria, ao reivindicar somente isso.

Portanto, ontem ao estar presente em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores em Guarapuava fomos levar o nosso apoio àqueles trabalhadores e a nossa solidariedade, e colocar ao lado deles, à disposição da Bancada do Partido dos Trabalhadores para lutar contra a fome e contra a miséria e pela reforma agrária em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos nos pronunciar neste Pequeno Expediente a respeito dos últimos acontecimentos no nosso Estado do Paraná.

A situação do Estado do Paraná até sexta-feira e a situação do Estado do Paraná a partir de sexta-feira.

Segundo o ex-Governador Álvaro Dias, anunciava o superávit do Paraná na entrega do governo ao futuro Governador Roberto Requião, pelos quatro cantos do Paraná se propalava que o nosso Estado era o melhor Estado do País, vendo-se pelo lado financeiro era a melhor administração das administrações estaduais de todos os Estados.

Isto era o que o povo do Paraná via

pela televisão e ouvia por todos os meios de comunicação, inclusive da boca do próprio Governador.

Há alguns dias passados, alguns Deputados aqui já se pronunciaram, e inclusive aprovado por este Plenário, uma convocatória do ex-Governador José Richa, quando a imprensa denunciava que Richa colocava Álvaro Dias como chefe da corrupção da quadrilha do Paraná.

O jornal "O Estado do Paraná" dava essa manchete "RICHA -ÁLVARO É CHEFE DA CORRUPÇÃO". Trazendo grandes preocupações para o Paraná, para o povo, para nós Parlamentares em função de que o ex-Governador José Richa não é pessoa que tem essa prática de denunciar esse tipo de problema até então do seu sucessor no Governo do Estado o qual ele mesmo fez grande esforço para eleger.

A imprensa nacional publica alguns dias após através da revista "Isto É Senhor", notícias e fatos contraditórios quanto ao nosso Estado.

A revista questiona o que tem por traz de algumas atitudes do Governador do Paraná, citando como exemplo a liquidação do BADEP, o que havia por traz dessa decisão do Governador.

Chega o dia 15 de março e o novo Governo assume.

O Governo que sai faz um bonito discurso e novamente coloca o Paraná como o Estado da bonanza.

O Governador que entra agradece o Governador que sai, por receber o Estado do Paraná nas condições apresentadas com grande superávit e assim por diante.

A surpresa da segunda-feira chega, quando os jornais e a imprensa publicam que o primeiro ato do Governador é decretar a moratória no Paraná, suspender todos os pagamentos até o dia 31 de maio porque não viu a situação cômoda como apresentava o ex-Governador Álvaro Dias.

A surpresa de segunda-feira, para todos nós, a imprensa informa que, após a moratória do Governador Requião, "os telefones do Palácio disparam", os telefones durante a manhã toda não pararam de tocar, há preocupação dos credores quanto à moratória do Governador do Estado.

Aí vem a surpresa de terça-feira, quando a imprensa pública outro fato: "O Governo abranda a moratória". O novo decreto do Governador, permite o pagamento das empreiteiras".

Nós vemos aí dois fatos, duas contradições: o Requião de segunda-feira...

(Esgota-se o horário).

Senhor Presidente, eu requeiro o horário da Liderança.

(Assentimento).

O Requião de segunda-feira, que vê o Estado em dificuldades, com as finanças

não tão boas quanto anunciadas pelo Governador Álvaro Dias, decreta então a moratória para não deixar o funcionalismo público sem receber os seus vencimentos e até maio o Estado não pagaria nada.

Na sexta-feira ainda, o então Secretário da Fazenda do Governo anterior, segundo a imprensa, usa o superávit do Estado para pagar a 1.^a parcela das empreiteiras e anuncia também na imprensa que o Governo irá obter empréstimos para pagar a 2.^a, 3.^a e outras parcelas da dívida com as empreiteiras.

Fica a grande preocupação: na terça-feira, após todos esses fatos, a recua do Governador Roberto Requião, que se apóia nos Secretários do antigo Governo que permanecem na administração e, já um dia após, não vê mais novamente o Estado em dificuldades.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estes fatos deixam uma preocupação enorme a nós Parlamentares, e ao povo do Paraná, esses fatos que vêm ocorrendo nesses últimos dias.

Queria reiterar que nós apresentamos aqui há alguns dias um pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual tem o objetivo de fiscalizar, de averiguar as finanças públicas do Estado, e inclusive entrando aí a questão do BADEP. Esta CPI foi aprovada por este Plenário, e nós queremos neste momento, diante de todos esses fatos por nós relatados e visto por todos nós, pela imprensa, pelo nosso Estado nos últimos dias.

Quero solicitar encarecidamente aos Senhores Líderes Partidários, ao Deputado Colombino Grassano, do PL, ao Deputado Pessuti, do PMDB, ao Deputado Erondy, do PTB, ao Deputado Brandão, do PSDB, ao Deputado Cartário, do PDT, ao Deputado Costenaro, do PFL, que indiquem o quanto antes possível, de preferência até hoje à tarde, os membros dos partidos para comporem esta CPI, para que se possa, o mais breve possível, esta CPI dar início a essas investigações e tirar a limpo essas notícias divulgadas nos últimos dias que deixam muitas dúvidas na opinião pública, deixam muitas ao povo do Paraná quanto à situação financeira, do nosso Estado.

Quero então, solicitar aos Senhores Líderes para que, o mais breve possível, nós possamos dar início aos trabalhos desta CPI e, portanto, há necessidade urgente de apresentação dos nomes dos Deputados para comporem a CPI.

Concedo um aparte ao Deputado Rosinha.

O Sr. Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha)- Eu agradeço o aparte e bem lembrada a questão da CPI do BADEP solicitando aos Líderes Partidários que indiquem as pes-

soas que farão parte.

Fazemos o mesmo apelo a respeito da CPI da Saúde, uma vez que já foi aprovada e falta ser indicada as pessoas, os membros desta CPI.

E também é urgente, porque não adianta aprovarmos na Plenária e depois não indicarmos a composição desta CPI para iniciar os trabalhos senão vai dar a impressão de que nós não queremos aprofundar essas questões.

É importante, tanto a comissão da Saúde como o BADEP, iniciarmos imediatamente a apuração dos fatos e denúncias que foram feitas aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Muito obrigado ao Doutor Rosinha, muito obrigado aos Senhores Deputados e esperamos a rápida apresentação dos nomes dos Deputados que comporão a CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Com grande honra e satisfação nós, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes desta Casa, recebemos o convite para recebermos oficialmente, na noite de ontem, na Reitoria da Universidade Federal do Paraná, a presença também dos Parlamentares Ovídio Constantino, Florisvaldo Fier, Rosinha, e do Professor Deputado Paulo Maia, a pauta das proposições apresentadas naquela ocasião, nos dias 18 e 19, por sessenta e poucas entidades e instituições das diferentes latitudes do Estado do Paraná, em prol da escola pública, gratuita e universal.

É um trabalho sério, objetivo e, sobretudo, Senhores Parlamentares, realista, profundamente humano e estruturalmente sociológico, em um desmentido formal de que a Educação do Paraná e do Brasil jamais pode ser apresentada aos educandos brasileiros e do Paraná naquela dicotomia de Anísio Teixeira de valores reais e valores proclamados.

Basta, Senhor Presidente e Senhores Deputados da importação de modelos exóticos, alienígenas, e que se não coadunam com a realidade viva, palpitante, da gente brasileira.

Nós queremos uma política educacional sim! Uma escola brasileira e paranaense sim, mas essencialmente tupiniquim, verde e amarela, canarinho do Brasil.

Queremos que conste nos Anais desta Casa as três moções apresentadas uma de repúdio que diz o seguinte:

- Considerando a precária situação financeira das instituições públicas de en-

sino superior;

- Considerando que frente a este quadro, a resposta do Governo Collor foi apresentar à sociedade um projeto de privatização do ensino superior, iniciando pela extinção da gratuidade;

- Considerando que a aplicação de tal medida elitizará ainda mais a educação, - considerando que a escola gratuita em todos os níveis é condição para um ensino público de qualidade para todos,

O FÓRUM PARANAENSE EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E UNIVERSAL, decidiu aprovar moção de repúdio ao Projeto Collor de implantação do ensino pago nas instituições públicas de ensino superior.

IV SESSÃO PLENÁRIA

Curitiba, 19 de março de 1991-

2ª MOÇÃO

O FÓRUM PARANAENSE EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E UNIVERSAL, expressa seu descontentamento pelo fato de, até agora, após quinze dias do início das aulas, as escolas da Rede Pública Estadual, ainda não terem suas atividades normalizadas pela falta de material e professores.

Ao mesmo tempo, manifesta seu apelo no sentido de que o mais urgentemente possível, este problema seja sanado.

IV SESSÃO PLENÁRIA

Curitiba, 19 de março de 1991.

3ª MOÇÃO ...

(É retirado o som).

Senhor Presidente solicitaria o tempo de Liderança.

(Assentimento).

3ª MOÇÃO

Os educadores presentes no FÓRUM PARANAENSE EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA e UNIVERSAL, reivindicam junto à Secretaria Estadual de Educação a imediata distribuição de cópias do Currículo Básico para o Ensino de 1º Grau, aprovado pelo CEE em dezembro de 1990, como diretriz curricular para as escolas públicas das redes estadual e municipal, para todos os professores das referidas redes de ensino como condição necessária ao processo de sua implementação.

IV SESSÃO PLENÁRIA

Curitiba, 19 de março de 1991.

Com grande prazer e honra, em homenagem aquele trabalho de dois dias consecutivos com mais de sessenta entidades e instituições, queremos que conste nos Anais o nome das mesmas.

ENTIDADES QUE ASSINAM ESTA PAUTA DE PROPOSIÇÕES PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

Comitê de Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal- Pr.

Comitê de Defesa do Ensino Superior- Pr.

APP - Sindicato dos Professores das Redes Estadual e Municipais do Pr.

SISMMAC - Sindicato dos Servidores Municipais do Magistério de Curitiba.

CUT - Regional do Oeste do Paraná

CUT - Paraná

Sindicato dos Sociólogos do Paraná

Sindicato dos Professores Profissionais de Cascavel

Sindicato dos Empregados de Segurança de Cascavel

Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Estaduais de Ensino Superior de Ponta Grossa.

UFPR - Pró-Reitoria de Graduação e Setor de Educação (DEPLAE, DFTE, DMTE)

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UPT - Universidade Popular do Trabalho

FECIVEL - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel

FACILCAMP - Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão

ADUEL - Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina.

APUFPR - Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná

ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

ADUEM - Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá

ADUC - Associação dos Docentes Universitários de Cascavel

SEED - Secretaria de Estado da Educação do Paraná - Unidades Administrativas e Núcleos Regionais de Educação

CEE - Conselho Estadual de Educação do Paraná.

FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná

SME - Secretarias Municipais de Educação de Curitiba, Maringá, Campo Largo, Cascavel e Araucária.

UDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná

ASSINTEC - Associação Intercofessional de Educação de Curitiba

APEEPR - Associação dos Professores de Espanhol do Estado do Paraná

APFP - Associação dos Professores de Francês do Paraná.

APLIEPAR - Associação dos Professores de Língua Inglesa do Estado do Paraná.

ANPUH-Pr - Associação Nacional dos Professores de História

Sociedade Brasileira de Matemática.

ANPAE/PR - Associação Nacional dos Profissionais de Administração da Educação.

ANDE - Associação Nacional de Educação.

CEDES/PR - Centro de Estudos Educação e Sociedade

APADEC - Associação Paranaense para Desenvolvimento de Ensino de Ciências de Maringá

CAAT- Centro Acadêmico Anísio Teixeira do Curso de Pedagogia da UFPR.

FAPAM - Federação das Associações de Pais e Mestres do Paraná

Associação dos Professores de Educação Física do Estado do Paraná.

ASSOESTE - Associação Educacional do Oeste do Paraná

APA - Associação dos Professores de Araucária.

APG/UFPR- Associação dos Pós-Graduandos da

UFPR

UPES - União Paranaense dos Estudantes de 1° e 2° graus

CUT - Região Metropolitana e Litoral

Fundação Faculdade Estadual de Jacarezinho

PT - Partido dos Trabalhadores

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PSB - Partido Socialista Brasileiro

UMESC - União Metropolitana de Estudantes Secundaristas

União Paranavaense de Estudantes de 1° e 2° graus

UJS - União da Juventude Socialista

Sindicato dos Bancários de Assis Chateaubriand

FAMOPAR - Federação das Associações de Moradores do Paraná

XAPINHAL - Organização das Associações de Moradores do Xaxim, Pinheirinho, Alto Boqueirão e Sítio Cercado

Secretaria de Ciência e Tecnologia

Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Departamento de Educação da FECIVEL

Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz

Colégio Estadual José Angelo Baggio Orso Cascavel

A pauta de proposições daquele Fórum Paranaense está na respectiva Comissão Paranaense de Educação, Cultura e Esportes à disposição da Presidência e dos Senhores Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Nelson Justus com a palavra.

O SR. NELSON JUSTUS - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Convidado que fui pelo nobre Deputado Colombino Grassano, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para relatar a mensagem do governo a respeito da transferência do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado, transferência do Badep para o Banco do Estado, tive a oportunidade de, com muito critério, procurar analisar

as coisas que envolvem esse Banco ora em liquidação extrajudicial.

É importante dizer, e tive a oportunidade de fazer ontem quando aparteei o companheiro Basílio Zanusso, que a transferência do Fundo de Desenvolvimento nada tem a ver, em princípio ou em tese, com a liquidação extrajudicial do Badep. No entanto, por mais que se queira tapar o sol com a peneira é evidente que, subjetivamente as coisas estão interligadas. É exatamente por esta razão que ocupo esta tribuna neste instante para falar um pouco e para dar a minha humilde cota dentro desta Casa a um assunto que diz respeito a nós legisladores e, principalmente, a todo o nosso Estado.

Está bem vivo em minha memória quando ouvi ontem em um pronunciamento o Presidente desta Casa dizer, ou invocando o pensador inglês que disse que a Inglaterra é um país grande porque lá os homens de bem têm a mesma coragem que os canalhas.

Peço licença, Sr. Presidente, para usar o seu pensamento novamente e completá-lo dizendo que junto com a coragem também é preciso um pouco de humildade para se reconhecer quando alguém, induzido a erro, pode, por compromissos meramente éticos e políticos, retardar o processo do nosso Estado ou o progresso do nosso Estado.

Preocupa-nos e preocupa todos os paranaenses, o fato de, no Estado do Paraná, contrariamente ao que recomenda uma política de crédito a longo prazo, estarmos assistindo a devastação de todas as instituições, que nesse campo teriam o papel de indiscutível relevância. Se não vejamos, eliminou-se no Governo passado o CENDI (?) na alegação de que o Badep preencheria o seu papel, eliminou-se a Secretaria da Indústria e Comércio, alegando que o seu papel seria absorvido pelo Badep e pela Secretaria de Tecnologia. Ignorou-se a função do IPARDES, sobrecarregando o Badep, e como todos sabem já vivia uma delicada situação financeira, em função das inadimplências do grupo Atala, da Cidade Industrial, da Cia de Desenvolvimento de Londrina, e do desamparo do Governo Estadual.

O SEAG, foi outra instituição comprometida, apesar de ter sido consagrada pela Assembléia Nacional Constituinte, como um sistema de apoio a micro, pequena e média empresa. A retirada do Paraná do BRDE, foi mais um passo, no sentido de desarmar os núcleos, porventura, existentes no Estado, incapacidade de planejar o nosso futuro e empenhados numa política que levasse o Paraná a um estágio de desenvolvimento exemplar, dentre os demais Estados da Nação.

E finalmente, completando esse proces-

so de extermínio inexplicável, a revelia da Constituição deste Estado e dessa Casa de Leis, o Governo Álvaro Dias, induziu e o fez por escrito, o Banco Central, a liquidação do Badep, último reduto no Estado, em que se buscava identificar oportunidades de investimentos, principalmente, no interior do Estado, com projetos e programas capazes de sensibilizar o Governo, e também organismos estrangeiros a alocar créditos a longo prazo para o nosso Estado.

E, isso Srs. Deputados, acontece exatamente quando o Governo Federal, adota políticas de incentivos, para investimentos a longo prazo.

É inaceitável que o que o Executivo Estadual, se arrogue no direito de extinguir empresas estatais, ou negocie com o Governo Federal a sua extinção, sem a devida autorização da Assembléia Legislativa, como determina a nossa própria Constituição Estadual. A função exercida pelo Badep, reconhecida como de utilidade pública, jamais poderá ser exercida pelo Banestado, ou por qualquer outro Banco Comercial. E isso, nos mostram os exemplos de todos os Bancos Comerciais existentes no Brasil, vez que nenhum Banco Comercial, que possui carteira de investimento a longo prazo, tem tido sucesso nesse setor.

O Banco do Estado que sempre desempenhou o seu papel de Banco Comercial, com grande competência, sendo conhecido hoje, como um dos melhores do País, tem o seu capital integralizado, em 49% por acionistas privados, todos na normal esperança de auferirem o máximo de seus dividendos. Ora, atividade de fomento, é onerosa e implica em riscos que nem os bancos estatais comerciais, e nem o setor privado, estão dispostos a correr. Como nós iríamos explicar aos acionistas do banco, mais esse episódio, além do mais outras consequências? O Banestado por força da liquidação do Badep, terá que reconhecer como perda, algo em torno de dez bilhões de cruzeiros, e os acionistas privados do Banestado, como ficam? É justo assumirem este prejuízo? O Patrimônio público paranaense será onerado com perdas desnecessárias, na ordem de 20 bilhões de cruzeiros. E isto com informações facilmente constatáveis. O gravíssimo problema social que se criou, com empresas tendo seus pagamentos sustados em programas em andamento. A paralisação de todas as remessas de verbas que se destinam ao Paraná. Os danos irreversíveis, em que o estado será alvo de ações por atos meramente administrativos. E, sobretudo, além do prejuízo enorme da parte financeira, o Estado ficará privado de uma instituição que é especializada em planejamento e em desenvolvimento, reconhecidamente por sua competência em todo o território na-

cional. Acrescenta-se a isso, ainda, a perda de todo o acervo em que ao longo dos anos o Estado investiu.

É bom que fique bem claro. E vamos diretamente ao assunto: a reabilitação econômica financeira do BADEP depende da vontade política do Executivo Estadual. É claro serem necessários os equacionamentos das dívidas, o enxugamento da máquina, a agilização da máquina, a extração de eventuais e normais "gorduras" que ela possa ter. É indispensável salientar que a Assembléia do Estado do Paraná será responsabilizada pelos prejuízos causados ao nosso Estado, caso tomemos decisões precipitadas, no que tanje ao sistema financeiro do Estado.

É preciso que o bom senso prevaleça acima de interesses políticos nem sempre claramente transparentes. Não se justifica, portanto, que movidos pelo imediatismo ou por outros interesses alheios ao nosso Estado, que deixemos de avaliar as nossas instituições, preservando aquelas que realmente têm condições de auxiliar o Governo Requião, assegurando emprego a todos os paranaenses e favorecendo aos verdadeiros necessitados.

Senhores Deputados: a nós é imputada uma responsabilidade muito grande. E eu tomo a liberdade, neste instante, de recorrer principalmente aos nobres Deputados do Partido do Governo, que estes por uma razão lógica, têm uma ligação mais íntima com o Senhor Governador, devem da mesma maneira como o Banco Central foi induzido por seu antecessor, devem mostrar a ele, de vez, que durante este período em que tive a oportunidade de gastar o meu tempo conservando, estudando, e procurando iluminar as minhas idéias, senti que até elementos mais intimamente ligados ao Senhor Governador Requião, são contra a extinção do BADEP. Cabe a nós e em especial à Bancada do PMDB, alertar para que nós invoquemos a retidão e a humildade, e em nome desta mesma humildade, que eu faço neste momento e assumo o compromisso, de que tão logo alguém me comprove, com toda a clareza, de que efetivamente o BADEP deva ser extinto, eu ocuparei esta tribuna para defender a extinção ou a liquidação extrajudicial do Banco. Por mais que eu tenha rebuscado em alfarrábios, e em contatos, e em estudos, eu não consegui, ainda, descobrir não quem saldou o BADEP, como pergunta o insigne Celso Sabóia; mas, quem ganha com a liquidação do BADEP.

Posso afirmar aos Senhores, com toda a franqueza: eu sei quem perde com a liquidação do BADEP. É o Estado de todos nós.

O SR. ERNANI PUDELL - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. NELSON JUSTUS - Concedo-lhe um aparte.

O SR. ERNANI PUDELL (Aparte) - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e, quero somar a sua preocupação um outro documento que hoje nos foi entregue por servidores de instituições de ensino superior, dos órgãos de pesquisa do Estado, do Iparde, do Iapar, Famepar e Emater que estão também denunciando através de uma violenta defasagem salarial a situação dessas instituições que são as responsáveis em última análise pela produção científica do nosso Estado. São institutos extremamente importantes que devem estar, inclusive, articulados com as instituições de fomento para o desenvolvimento que tem um papel enorme estratégico em nosso Estado. E essas instituições também às custas de um violento arrocho salarial estão desestimulados os trabalhadores, tanto dos órgãos de pesquisas como das universidades. Está havendo um esvaziamento dessas instituições. E, eu gostaria também de somar essa preocupação porque nós percebemos que tanto a nível dessas instituições de fomento que estão sendo destruídas no Paraná, estão se destruindo também as instituições de ensino e pesquisa, o que é muito grave do ponto de vista econômico. Nós estaremos com um comprometimento estratégico nesse Estado da economia para o futuro, são órgãos fundamentais que desenvolvem o trabalho, têm um papel ainda no futuro; tiveram um papel muito relevante no passado essas instituições precisam ser prestigiadas como prioridade em qualquer administração.

Então, eu quero somar essa preocupação a Vossa Excelência, também essa denúncia que nós recebemos hoje aqui, porque também não podemos nos calar diante dessa situação.

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Aparte) - Deputado Nelson Justus, também da mesma forma que faz o jovem Líder do PT o aparte a Vossa Excelência, também quero cumprimentá-lo por ter levado à tribuna da Casa assunto de tamanha relevância.

A Casa tem por reiteradas vezes nesses últimos meses se pronunciado acerca do assunto. Eu, inclusive, estive ontem, quando recebi aparte de V.Exa., nesta tribuna falando acerca do sistema financeiro do Estado.

O que V.Exa. traz à consideração de todos nós é a preocupação de um Parlamentar que honra o mandato ao ser designado o relator da mensagem da transferência do Fundo de Desenvolvimento do BADEP para o Banco do Estado, V.Exa. não se limita e não se restringe ao fato da mensagem, mas

vai além e tece considerações muito maiores que V. Exa. expôs sucintamente, mas com muita competência quando se refere, não só o BADEP, e outros órgãos importantes para a economia e para o desenvolvimento do Estado.

Realmente é preciso que o Governador Roberto Requião se pronuncie através da sua liderança nesta Casa acerca do que pensa e da sua decisão acerca do organismo que vai orientar, que vai promover o fomento para o nosso desenvolvimento.

É uma medida ainda desta semana; um dos primeiros atos de maior importância do Senhor Governador quando ele determina que as despesas de Estado se limitem a 30% do que está previsto além de determinar aos seus secretários um levantamento da forma que determinou para conhecimento de V.Exa. da real situação do Estado.

E ainda, também ontem, o Deputado Anibelli referindo-se ao assunto, ao cumprimentar o Senhor Governador disse que provavelmente agora esta Casa também terá conhecimento da realidade econômica-financeira do Estado.

Portanto, é um assunto que V.Exa. leva à tribuna, é da maior importância e significação. E eu o cumprimento pelo fato de não ter se limitado apenas ao fato de relatar a mensagem, mas vai muito além em falando das coisas mais importantes do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NELSON JUSTUS - Eu agradeço o aparte de V.Exa. e espero que outros se somem a essa nossa luta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós lamentamos que em todas as sessões, o Paraná, através dos seus representantes, tenha que usar desta tribuna para ouvir tantas denúncias que têm sido trazidas com respeito à malversação do dinheiro público, as questões que envolvem esse País.

Nós já ocupamos esta tribuna por diversas vezes e nos utilizamos também deste expediente, que nos é de direito, representando os interesses do povo do Paraná para levantarmos questões que de fato são relevantes e são preocupantes quando se refere à administração da coisa pública. Nós estamos vendo o nobre Deputado Nelson Justus sair desta tribuna dizendo a respeito do caso BADEP, e nós sabemos que o Paraná inteiro está voltado para a manutenção desta instituição, de fomento no Pa-

ranã.

É de se entristecer, e nós vamos continuar na nossa falação, se preciso for durante todo o período em que estivermos nesta Casa, para levantarmos questões que envolvem a coisa brasileira, que envolvem o País, que envolvem este Estado. Não pretendemos nesta Casa sermos apenas um crítico, mas temos o dever de denunciar ao povo do Paraná a malversação do dinheiro que lhes pertence. Estamos completando o primeiro ano de mandato do primeiro Presidente eleito após a ditadura na América do Sul, como cidadãos e como homens públicos, detentores de mandatos que somos, é hora de fazermos uma profunda reflexão e uma análise política e perguntarmos o que mudou neste primeiro ano de Governo. Gostaríamos que o Presidente Collor não estivesse conduzindo o Brasil para o buraco, gostaríamos que o Presidente realmente colocasse todos os corruptos na cadeia, gostaríamos que a equipe econômica do Governo Collor não derrubasse a economia brasileira a nível de dez anos atrás. Infelizmente, não é o que gostaríamos, e o que acontece hoje? O Brasil ficou mais pobre com o Governo Collor, não é afirmação nossa, é afirmação do IBGE; nenhum corrupto foi preso, e persiste a corrupção no Governo; aumenta o nível de desemprego e a miséria do povo brasileiro cada vez maior. O Governo na sua onda privativista, aponta para mais completa desnacionalização da nossa economia.

Há dias atrás, denunciei desta tribuna o fechamento de mais de duzentas agências e postos do Banco do Brasil. Atualmente o Governo Collor arma todo o seu arsenal de propaganda contra os trabalhadores da PETROBRÁS, contra a própria PETROBRÁS.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Partido Socialista Brasileiro, o PSB do Estado do Paraná, nacionalmente denunciou a forma entreguista do Governo Collor de Mello e a vitória pela sua atuação de Governo aos grandes capitalistas, aos donos do capital nacional e internacional, contrariando aquilo que se dava como esperança ao povo brasileiro, dias melhores; e o trabalhador brasileiro, dentro deste ano, é o mais derrotado.

O Partido Socialista integra, hoje, o fórum contra a fome e a recessão, como uma resposta aos doze meses de administração "Colorista". Não terei tempo, evidentemente para falar de todas as misérias em que está acometido o trabalhador brasileiro. Hoje vou me deter sobre a questão, mais uma vez, lamentavelmente mais uma vez, e eu tenho certeza que essa voz não se calará em defesa dos interesses da educação deste Estado, da educação brasileira e do direito do trabalhador brasileiro, e dos direitos do Paraná.

A educação brasileira está falida e sabemos muito bem quem é o culpado. O culpado pela falência da nossa educação é a corrupção acobertada pelo próprio Governo entre outras questões. Para denunciar o desrespeito do Governo Collor e do seu Ministro para com a educação brasileira destaquei matéria publicada na imprensa nacional no dia 13 de março no "Jornal da Tarde", na página 18, onde lamentavelmente se vê estampado: "Sumiço de um bilhão de dólares no salário educação". Esta página está exposta na imprensa nacional. Isto é triste! Isto é triste para uma educação que vive um estado de miséria, vive um estado de falência, e nós podemos perceber isso, há pouco, quando da realização do fórum paranaense da educação gratuita e universal. Diz o Jornal da Tarde: "O salário segundo a lei que o criou em 1964 é um tributo de cálculo simples e de destinação clara, ele incide em dois e meio sobre a folha de pagamento de todas as empresas do País, exclusivamente para o ensino fundamental público". Depois de aportar nos cofres públicos, ainda segundo a lei, dois terços do imposto arrecadado retornam para Secretarias de Educação dos Estados e o restante vai para o fundo nacional de desenvolvimento da educação, órgão federal encarregado de gerenciar o sistema.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação por sua vez deve aplicar pelo menos 25% de sua parte nos programas de apoio ao ensino de 1º grau dos municípios, e o dinheiro se evapora.

Continua o periódico: "A lei é clara, mas não é seguida, segundo os números do próprio Fundo Nacional de Desenvolvimento nem os Estados recebem os dois terços a que tem direito, nem a União fica com seu terço. E a diferença entre os dois e meio por cento arrecadados da folha de salário das empresas. E o dinheiro que efetivamente chega às escolas é astronômico. Os balanços divulgados pelo Ministério da Educação entre os totais do imposto arrecadado e o que é efetivamente distribuído demonstra na soma dos valores correntes de milhões e bilhões de cruzeiros, cruzados, cruzados novos, o dinheiro que evaporou chega a um bilhão de dólares.

No quadro à direita nós vemos o retrato do que representa esta realidade, o dinheiro vai mas não volta. Nós vemos aqui a arrecadação nos anos de 1985 a 1989.

Vemos as arrecadações e a distribuição.

Vemos aqui, em 1985, uma arrecadação de 3,7 bilhões; uma distribuição de 2,2 bilhões e uma diferença de 40%. Em 1986 vemos uma arrecadação de 12,2 milhões; uma distribuição de 8,6 milhões e uma diferença de 29,5%. Em 1987, 39,6 milhões; uma distribuição de 25,2 com uma diferença de

36,3%. Em 1988, vemos uma arrecadação de 254,9 milhões; uma distribuição 156,6 milhões e uma diferença de 61,4%. Em 1989, vemos uma arrecadação de 3,7 milhões de cruzeiros novos; uma distribuição de 2 milhões e cem mil, correspondendo a 43,2%.

Diz o mesmo jornal:

"Maquiar a irregularidade, pelo menos uma das formas mais comuns da malversação do salário-educação está sendo administrada pelo Secretário Geral do Ministério da Educação, José L. Moura de Figueiredo. Segundo ele, 18% dos recursos que deveriam ser aplicados nas escolas públicas de primeiro grau migram para as escolas de nível médio e superior. Para maquiar a irregularidade e contornar o problema, o Ministro Chiarelli recorreu à Medida Provisória que permite a aplicação financeira do salário educação e o emprego dos resultados em outros níveis do ensino. Assim, ofusca-se a obrigação, determinada em lei, de financiar somente o primeiro grau. O Tribunal de Contas da União é contra, respondendo a uma consulta do Ministério informou que a intenção do Governo não encontra amparo legal.

É difícil decifrar as cotas do salário-educação com os complicadores introduzidos ao longo do tempo pela burocracia. Em vez de, simplesmente, proceder à divisão de 2/3 para os Estados e 1/3 para a União, os cálculos percorrem vários labirintos contábeis. Primeiro: o dinheiro já chega ao Ministério da Educação com a dedução dos empresários através do Sistema de Manutenção de Ensino. Segundo: os dois terços, correspondentes aos Estados, voltam em parcelas, cujo cálculo é único critério para liberação é a vontade do Ministério. Terceiro: as empresas, através da dedução, cobram as vagas apenas no papel; o dinheiro foi deduzido, mas não convertido em vagas que serão devolvidas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional. Este vai-e-vem, que corresponde anualmente a centenas e milhões de cruzeiros, acaba fugindo a qualquer tipo de controle. Só em 1989 223,98 milhões de cruzados novos ficaram sem dono". Ainda o jornal destaca o dono entre aspas.

"Além disso, foi constatado no balanço do Fundo Nacional uma diferença de mais de duzentos milhões de cruzados novos a menos nas aplicações em comparação com os números do Ministério da Educação. Até hoje não se sabe o destino deste dinheiro".

Nós vemos, lamentavelmente, estampado neste mesmo diário a figura, dita pelo jornal como fabricante de bolsas de estudo. Fazemos questão que se conste nos Anais desta Casa este trecho:

"Ele transita com desembaraço pelo Ministério da Educação e participa de reuniões importantíssimas, como a de setembro

do ano passado, que definiu o reajuste das bolsas de estudo concedidas pelo salário-educação. Até mesmo o Ministro Carlos Chiarelli mostrou-se impressionado com seus argumentos. Após a reunião foi convidado para participar dos encontros que definiriam os valores das bolsas para 1991, seu nome é Basile Demetre Anastassakis, Diretor Superintendente da Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, acusado principal do processo nº 040546 de 1983, movido pela Procuradoria Geral do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Anastassakis é apontado como criador de uma indústria de bolsas de estudo, em suas escolas situadas na baixada fluminense, o Centro Educacional Silveira Leite de sua propriedade fraudou o Fundo Nacional de Desenvolvimento com recebimento de mais bolsas de estudo do que a capacidade de suas escolas.

Só em uma delas localizada em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, a fiscalização constatou que Anastassakis recebeu do Governo Federal, por 1500 bolsas quando cabiam na escola apenas 846 alunos.

As provas contra Anastassakis não param aí, junto com seus três sócios Ely Vaillante, Adilson Gomes dos Santos, Ubiracy Costa e Urbano Júlio Monteiro, ele também é acusado de cobrar complementação do valor das bolsas e de manter as escolas, prédios e mobiliário em situação precária. O mobiliário - mesas grandes, no lugar de carteiras individuais - evidenciava o propósito de alcançar um número maior de alunos. Entre os alunos dessas escolas, segundo o relatório do Departamento Estadual do MEC, havia crianças de três ou quatro anos "cursando" a primeira série do 1º grau.

Isto tudo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nos deixa tristes. É o dinheiro do povo, é o dinheiro da escola pública, é o dinheiro que se precisa para que tenhamos uma escola pública de qualidade, de um educador satisfeito exercendo a sua profissão.

Lamentavelmente, a imprensa nacional justifica desta forma a malversação do dinheiro público. Isto fere, quem vê a saída deste País através do investimento na educação e mais adiante, para nossa decepção e para decepção deste País, deste Estado diz este mesmo jornal:

"Três exemplos de como o imposto é mal administrado" - Em Manaus existem 6 mil vagas disponíveis na rede pública de 1º grau e os cofres públicos arcam com o custo de 29 mil bolsas de estudo na rede particular de ensino.

Deputado Protetor - A Fundação de Ensino Superior de Itaúna, a 87 quilômetros de Belo Horizonte, é uma escola particular

que mantém 11 cursos e pretende tornar-se uma Universidade a curto prazo. Além de um bom apoio de recursos públicos vindos da Secretaria Estadual de Educação e do Conselho Nacional de Serviço Social, a Fundação conta com um padrinho prestimoso, o Deputado Federal Marcos Lima (PMDB - MG).

O Correio Braziliense, em sua edição do dia 12 de março de 1991 estampa também matéria estupefaciente que diz: Ensino Básico ruim custa 6 bilhões de dólares ao País.

Este ruim nós sabemos que para aqueles que não entendem, vai recair e vai ser de responsabilidade, vão querer colocar a picha sobre os educadores que se encontram em escolas públicas.

Diz num dos trechos de matéria e nós até felicitamos os jornais e a imprensa brasileira que assumem com o povo deste País este tipo de imprensa séria, denunciando essa corrupção que está posta em todos os níveis. Parabenizamos inclusive desta tribuna esta eminente jornalista, Tereza Furtado, da agência "O Estado" e também do "Correio Braziliense", e também a jornalista Márcia Turcato, da agência também "O Estado" continuam dando essas denúncias nesse trecho do periódico "Correio Braziliense": Este quadro realimenta continuamente as elevadas taxas de analfabetismo do País e não consegue atrair os mais de dez milhões de crianças e jovens de zonas rurais e quase quatro milhões dos grandes centros urbanos que nunca frequentaram a escola. São classificados, com extrema precocidade, como analfabetos".

Mesmo assim, o custo de manutenção da crise é extremamente elevado para os Estados - principais responsáveis, segundo a Constituição Federal, pela educação fundamental - que gastam cerca de 200 dólares por aluno por ano, valor que mal cobre os gastos com professores e funcionários, mas que pesa muito nos orçamentos estaduais. Não há investimentos nem recursos para a recuperação física da rede escolar faz muito tempo. De qualquer modo, a soma dos gastos desta política de sobrevivência ultrapassa os seis bilhões de dólares devorados anualmente pela escola pública, com retornos insignificantes".

Mais adiante, aborda também esse periódico o preço da manutenção da máquina do Ministério da Educação. Tudo isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós lamentamos.

E vemos aqui denunciado pelo próprio jornal, como deixa bem claro: "o fabricante de bolsas - diz - é um dos que possui o trânsito mais fácil dentro do Ministério da Educação para decidir as coisas que não lhe interessam".

Concedo o aparte ao Deputado Antônio Annibelli.

O Sr. Antônio Annibelli - Deputado Paulo Maia, o momento do aparte já passou, mas apenas para lembrar a Vossa Excelência que, enquanto Vossa Excelência faz o seu discurso, o Presidente da República conseguiu um fato notável no seu Governo, o de ter conseguido ter a sua pesquisa abaixo do Presidente Figueiredo, o último Presidente da República da Ditadura Militar.

Mas, enquanto o salário-mínimo de 17 mil cruzeiros neste mês de março é pior, o que o menor poder aquisitivo para os trabalhadores brasileiros, neste instante em que Vossa Excelência está na tribuna abordando assuntos sérios a respeito dos problemas do Governo Federal, Sua Excelência o Presidente da República está a bordo de um Mirage da FAB tentando bater o seu próprio recorde de 2 vezes a velocidade do som. Era apenas para ilustrar neste dia que Vossa Excelência, com muita competência, relata esta situação, que o Presidente da República está voando a 2 mil quilômetros por hora, enquanto Vossa Excelência defende os estudantes, os trabalhadores, enfim, defende melhores dias para a nossa Pátria Brasileira.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço a contribuição de Vossa Excelência.

De fato essa preocupação em bater o seu próprio recorde de velocidade talvez seja para sentir menos a miséria com que está deixando o povo brasileiro.

O Governo Collor está com o seu bote armado contra a universidade brasileira no seu chamado "Projetão", ou Plano Collor 3, porque o 1 e o 2 não deram certo, já que anuncia o fim do ensino superior gratuito, além de outras medidas impopulares. À classe trabalhadora só resta uma alternativa: a sua organização para a resistência das medidas antipovo do Governo Collor.

O Partido Socialista Brasileiro reafirma a sua palavra de ordem: unir o povo contra Collor e a fome. E, diante desse quadro, avança o nível de organização, conscientização e luta da classe trabalhadora e o Partido Socialista Brasileiro está empenhado pelas suas conquistas.

É triste termos que registrar, nesta Casa, fatos lamentáveis como este, quando se iludia o povo brasileiro, se iludia principalmente o descalço e o descamisado, quando se dava a ele a esperança de um Brasil melhor.

Hoje vemos aqui uma briga a nível da extinção do BADEP. Lamentamos que, associado a isto tudo, vemos que a dívida do BADEP, de empresas para com o BADEP, não justificam o pedido de extinção deste banco quando você sente no Governo Federal, quando você vê estampada pela imprensa nacional a transferência de um bilhão, de quase um trilhão, vemos um repasse de qua-

se um trilhão de cruzeiros para sustentação de Governos como os do Estado de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro.

Cremos que o problema BADEP está muito aquém da realidade com que o dinheiro do povo vem sendo mal investido.

Tudo isso lamentamos profundamente e a nossa voz, com certeza, não se calará na defesa dos interesses deste Estado; não se calará na defesa dos interesses deste País. Temos certeza que deveremos caminhar com a nossa organização, com a organização do trabalhador para dias melhores.

O Sr. Ovídio Constantino - Permite-me um aparte? (Assentimento).

Enquanto ouvíamos a informação do Deputado Antônio Annibelli de que o Presidente neste exato momento está voando numa alta velocidade, duas vezes a velocidade do som, lembramos também o que foi colocado na imprensa ontem, que o presidente do Banco Central havia pedido a sua exoneração e que a Ministra Zélia estava fazendo um grande esforço para convencê-lo a permanecer no cargo.

Vossa Excelência, no início do seu pronunciamento, falava sobre as prisões dos corruptos que o Presidente Collor alardeou ao País todo em sua campanha eleitoral. Queria manifestar-me dizendo que a equipe econômica do Governo, os órgãos de imprensa nacional estão denunciando a todos os cantos do País que está fazendo experiências com a economia brasileira, com o povo brasileiro, com a fome do povo brasileiro.

Como o Presidente anunciava que iria prender os corruptos, a sociedade brasileira deveria se mobilizar. No momento em que o Senhor Ibrahim Eris, a Ministra Zélia e sua equipe, após estrangularem com a economia e com o País, jogarem o nosso País no abismo a nível de experiência, estes cidadãos deveriam ir também para onde Collor dizia que iria colocar os corruptos, na cadeia. Cento e quarenta milhões de brasileiros não são cobaias de experiências para uma equipe econômica ao nível como estão sendo submetidos.

É necessário que a sociedade se mobilize. Se um Ministro da Fazenda, um Presidente do Banco Central, uma equipe econômica de um Governo com a responsabilidade que têm para o desenvolvimento do País, num momento em que é feita uma experiência e se vê que foi "água abaixo", jogando o País no abismo, e acham tão fácil pedir o boné e sair do Governo, há necessidade de irem também parar atrás das grades para pagar o estrago, a fome e a miséria que causaram ao povo brasileiro.

Não seria este o pagamento, mas como é fácil a equipe ou alguém que está no Go-

verno cometerem as suas falcaturas e pedem para sair, deverão também parar atrás das grades.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço o aparte e agradeço aos companheiros Deputados por terem nos ouvido. Temos certeza que o assunto é preocupante e merece a nossa atenção, principalmente como representantes do povo do Paraná, como membros de uma fração da representação deste País neste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PDT.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PL.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Aníbal Khury, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial criada pelo art. 10 da Lei n° 9465, de 12 de dezembro de 1990. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO do projeto de lei n° 19/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 04/91), que cria, no quadro de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, empregos na forma do anexo que integra a presente lei. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO do projeto de resolução n° 19/91, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as contas da aplicação de dotação de subvenção social dos Deputa-

dos, referentes ao exercício de 1990 regulamentada pela resolução n° 55/83, de 03.10.83. Com Parecer Favorável da C.T.C. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Excelência, apenas registrando o voto contrário ao Projeto de Resolução 19/91 da Bancada do PT e PSB.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Devidamente registrado.

1.^a DISCUSSÃO do projeto de lei n° 16/91, de autoria do Deputado JOÃO IENSEN, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Assistência Social, com sede e foro na cidade de Goioerê. Com Parecer Favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 06, de 20.02.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 16/91

P A R E C E R:

Propõe o nosso companheiro, Deputado João Iensen, em projeto de lei, que o Instituto "Monte Sinai" de Assistência Social, de Goioerê, seja declarada de Utilidade Pública.

Anexou ao projeto a documentação legal e necessária (Lei 6994).

Face à sua atuação nitidamente em benefício das pessoas carentes, e conforme os documentos apresentados, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

Sobre a mesa, requerimento n° 481, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Geraldo Cartário, Erondy Silvério e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Com a exceção de praxe.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Devidamente registrado.

Requerimento n° 471, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 474, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 468, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria

Legislativa.

Requerimento n° 479, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 483, de autoria dos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães, Dalton Machuca, Domingos Carvalho e Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 469, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 470, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 472, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 473, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 475, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 476 e 477, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 478, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento n° 484, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 480, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado.

Será encaminhado através de ofício.

Deputado José Artur Ritti, requer direito de defesa.

A Mesa vai examinar requerimento de Sua Excelência.

O SR. FLORISVALDO FIER (Questão de Ordem) - Gostaríamos de convidar os demais Deputados para que permanecessem na sessão após o encerramento, uma vez que foram

distribuídos uns documentos das Fundações que prestam serviços no Estado do Paraná. Estes trabalhadores vão falar, em reunião, em um curto espaço de tempo para expor a real situação destas Fundações.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, conforme anunciamos na tarde de ontem, tivemos hoje a oportunidade de realizar nesta Assembléia, mais uma reunião do Bloco Parlamentar Agropecuário, que transcorreu até de uma forma bastante informal.

Na ocasião, a assessoria do Bloco Parlamentar, na pessoa do Doutor Paulo Gomes, bem como assessores da Secretaria da Agricultura, da OCEPAR, FARP e FETAEP, nos deram conta dos trabalhos realizados nos últimos dias, e até nos apresentaram já algumas sugestões, em termos do que se pretende para as três.

O Bloco Agropecuário definiu um calendário de trabalho, e nós já estamos abertos a receber não só dos Senhores Deputados, mas de todas as entidades ligadas ao setor produtivo do Paraná, as sugestões atinentes a elaboração da lei agrícola do Estado, e marcamos para a próxima terça-feira, dentro do espírito, inclusive, aprovado no início da sessão, reservado aos trabalhos das Comissões Técnicas, uma reunião da Comissão de Agricultura, junto com o Bloco Agropecuário, para as 09:00 horas da manhã de terça-feira, quando estaremos discutindo o assunto trigo, e todos os seus problemas vivenciados nos dias de hoje; tanto com referência a recursos de comercialização, recursos para plantio, e questões ligadas inclusive, a moagem deste cereal.

Portanto, Senhores Deputados que aqui estarão na semana que vem, terça-feira às 09:00 horas, outra reunião do Bloco Parlamentar Agropecuário, desta feita, para tratarmos do assunto "trigo".

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sobre um requerimento sobre a mesa, relacionado exatamente com a questão do trigo, a comercialização, o envio de um ofício ao Ministro da Economia, e eu não percebi a leitura deste requerimento. Foi aprovado? Perfeito, eu agradeço, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento que Vossa Excelência menciona, foi aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, ainda ontem, foi dado conhecimento à Casa, através de um Parlamentar, de maneira oficiosa, parece-me que há um determinado número de vetos pendentes de apreciação deste Plenário, mas que,

porém, já decorreu o prazo constitucional de apreciação do Poder Legislativo, que é de trinta dias. Como a Constituição, e o próprio Regimento Interno determinam, que enquanto não forem apreciados os vetos às demais proposições todas, ficam prejudicadas, quer dizer, esta Casa tendo que apreciar veto, em função do prazo constitucional, não pode apreciar qualquer outra proposição. Como sei que Vossa Excelência encaminhou à apreciação da C.C.J., eu, mais para informar a minha Casa, qual o procedimento então que se dará aos vetos que realmente eles existem, eu não sei quantos são, e o procedimento que a Mesa vai determinar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Ernani Pudell já levantou esta questão de ordem, e nós consultamos o Plenário. Os projetos que receberam parecer pelo arquivamento da Comissão de Justiça, serão anunciados pela Mesa, como arquivados, a menos que o Deputado interessado requeira a sua votação.

Entretanto, amanhã a Mesa anuncia a votação de quinze vetos, já com parecer da Comissão de Justiça.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 186/90
- Veto parcial aposto ao Projeto de Lei n° 501/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs
001/91, 002/91, 006/91, 008/91, 012/91, 014/91, 017/91, 018/91, 021/91, 022/91, 023/91, 025/91 e 030/91 - Vetos apostos aos Projetos de Lei n.ºs 391/90 e 572/90, de Lei Complementar n° 329/90 e de Lei n.ºs 560/90, 605/90, 578/90, 612/90 614/90, 615/90, 041/90, 626/90, 074/89 e 254/86, respectivamente.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 16/91.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 018/91.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 20 DE MARÇO DE 1991.

"A Ética do Lucro"

José Eduardo de Andrade Vieira

Não imaginava que a minha primeira tarefa no Senado Federal fosse a análise das medidas provisórias de um novo pacote econômico. Sou, por princípio, contra essas duas manias de tentar resolver os nossos problemas. As medidas provisórias contrariam o mais elementar fundamento democrático de que uma lei só deve vigorar depois de apregoada pela maioria dos representantes do povo. E os pacotes, rompendo de maneira abrupta as regras vigentes, constituem-se numa arbitrária e já intolerável intervenção na vida dos brasileiros.

Autoritários e ineficazes, os pacotes se sucedem com uma característica comum: teimam em não dar certo. E não dão certo porque os nossos economistas ainda não descobriram a diferença entre teoria e prática. As suas teses, prontas e acabadas nas pranchetas, não encontram correspondência na realidade. A sua formação acadêmica serve para explicar por que falharam, mas não os ajuda a evitar que falhem.

Não percebem, por exemplo, que política monetária pressupõe a existência de moeda com um mínimo de confiabilidade; que política fiscal pressupõe competência para cobrar impostos e evitar a sonegação e não apenas aumentar alíquotas ou criar novos encargos. O academicismo tomou conta da condução da nossa política econômica e as teorias, cheias de racionalidade, não conseguem apreender um fator fundamental: a importância da credibilidade. Prometer sem certeza de poder cumprir é condenar-se, de antemão, ao descrédito. Não adianta, depois, jogar a culpa na ganância dos empresários ou na intransigência salarial dos trabalhadores.

A sociedade tem aceito, abnegada até demais, a sua cota de sacrifícios. O governo é que não faz corretamente a sua parte. Enquanto impõe, por exemplo, um rigoroso aperto de liquidez à iniciativa privada, o Banco Central abre seus cofres para socorrer instituições financeiras oficiais em dificuldades. Quais os efeitos dessa atitude protetora sobre a expansão da moeda e o aumento da inflação?

A política de juros altos, por sua vez, transformou-se numa das mais desastrosas, inconseqüentes e paradoxas práticas dos nossos planos. Não haverá equilíbrio na economia enquanto as taxas do mercado financeiro se situarem acima do bom senso e da rentabilidade dos que usam o seu capital e o seu trabalho para produzir. Ao adotar esse caminho, o governo rompeu a ética do lucro e passa a ser justo e legítimo que trabalhadores reivindiquem salários e empresários pratiquem preços e remunerem ativos por esse parâmetro.

A recessão é outro ponto inaceitável em nossas políticas econômicas de combate à inflação. Os sacrifícios, altos demais,

recaem primeiro e com mais intensidade sobre os descamisados. Para cada empresário que sucumbe ou vê sua renda diminuir, surge um contingente de trabalhadores sem emprego ou com seus salários encolhidos.

A queda do PIB brasileiro nos últimos anos, ainda que tenha levado à falência alguns ineficientes, não tirou um centavo da renda dos mais ricos. As perdas distribuíram-se entre as camadas sociais mais baixas, tornando os pobres mais pobres e os miseráveis mais miseráveis. Há hoje, nitidamente, duas classes de pessoas no Brasil. Uma elite formada por 5% da população, mas que detém a renda e esbanja no consumo sofisticado e supérfluo, e os outros 95% que, em escalas variadas, sofrem com a inflação.

Não vejo razões para execrar os ricos, mas o governo deve abandoná-los à própria sorte. Não se preocupar com os preços de seus automóveis, da gasolina que consomem, da comida fora de casa e outros quesitos para medir a alta dos preços. Não podemos, também, nos dar ao luxo de importar artigos como carne, gastando nossas parcas divisas para atender um consumo rotineiro só na mesa dos ricos. Esse produto há muito tempo não faz parte da dieta dos descamisados.

Sejamos realistas. A inflação que conta é a da pequena relação de produtos que a grande maioria da população precisa para se alimentar, para vestir, morar e se locomover. Essa inflação não se combate com processos recessivos. Combate-se produzindo mais, encontrando estímulos e investimentos para suprir a demanda e estimular a concorrência. Jamais com artificialismos como o tabelamento de preços. Os pobres consomem não mais do que 50 produtos, e esses sim precisam ter seus preços estáveis através do aumento da oferta. Devemos nos convencer de uma vez por todas de que, mais do que o excesso de moeda, o que faz a inflação subir é essa escassez de produtos.

Não há questão mais imediata a enfrentar. O abastecimento deve preceder a própria discussão da política salarial. Querria ver o Congresso debruçado sobre essa questão e não se comportando como simples acessórios a respaldar, com pequenos retoques, os pacotes do Executivo. Os parlamentares devem assumir o papel de co-responsáveis pelas tentativas até agora inúteis de estabilizar a economia.

Infelizmente, o Congresso reflete a fragilidade da economia brasileira e as seqüelas do regime militar. Fechado ou submisso durante muito tempo, os governantes não devotam respeito ao Poder Legislativo, nem aos cidadãos confiança. O governo se relaciona com a sociedade ignorando a sua existência. A sociedade, por

sua vez, acostumou-se a tratar de seus interesses diretamente com as autoridades. As lideranças procuraram os ministros e vice-versa, esquecendo que entre eles deveriam estar justamente os parlamentares. Ninguém se dá conta de que fortalecer o Congresso significa, acima de qualquer outra atividade, transformá-lo no principal intermediário entre o povo e o governo. Ele deve ser o estuário das reivindicações

dos empresários, trabalhadores, agricultores, enfim, de todos os brasileiros.

O grande pacto nacional deve ser firmado entre o Congresso e o governo. Juntos, devem elaborar as propostas que irão balizar os rumos do País. Será, sem dúvida, mais trabalhoso e demorado, mas, com certeza, o meio será mais ético e democrático, e os resultados mais profícuos e permanentes.